



Grupo Parlamentar CHEGA

Nota de Imprensa

CHEGA QUER MAIS RESPONSABILIZAÇÃO NOS APOIOS AOS ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR

O CHEGA entende que tem de haver retorno dos apoios que são dados aos estudantes Açorianos do ensino superior, sem ser apenas “atirar dinheiro” para estes estudantes que, depois, até podem gastar o dinheiro em algo supérfluo e não relacionado com o curso.

“Não quero que os nossos jovens emigrem, quero que fiquem na Região. Com isso concordamos todos, porque temos lacunas no nosso mundo social e laboral. O que está errado é o mérito. Onde está o mérito? Não pode ser o atirar de dinheiro para cima das coisas sem que os estudantes tenham mérito para isso”, referiu o líder parlamentar do CHEGA, José Pacheco, no debate de uma iniciativa do BE, a propósito de um Programa de apoio a estudantes do ensino superior e ensino superior técnico profissional dos Açores.

Para José Pacheco, os jovens Açorianos podem fazer a sua formação superior fora do Arquipélago, “mas queremos que voltem para a Região à procura de emprego ou que se encaixem nas necessidades do nosso mercado”. Na prática, explica, “temos de ter um retorno, porque não temos profissionais nas áreas mais importantes desta Região, como médicos ou professores. No entanto, os jovens estudantes dizem que não podem voltar aos Açores por não terem emprego. Claro, não escolherem um curso com emprego na Região”, reforçou.

No âmbito desta discussão, o CHEGA anunciou que vai apresentar uma proposta para complementaridade de apoios aos estudantes do ensino superior, e não de sobreposição, corresponsabilizando os estudantes, no sentido em que os mesmos têm de “apresentar aproveitamento escolar e fixar-se no Açores, sempre que possível, para retribuir com a sua produção de riqueza, o investimento que todos os contribuintes Açorianos fizeram na sua valorização pessoal”.

A deputada Hélia Cardoso destacou que o investimento feito na formação académica e profissional “será sempre bem aplicado”. No entanto, a parlamentar reforçou que o diploma não tem em conta o mérito dos alunos, não fica clara a possibilidade de acumulação de apoios, além disso, a taxa liberatória de 28% sobre os rendimentos do arrendamento que é proposta, incita aos preços altos do alojamento ou à ilegalidade de não haver contratos de arrendamento.

Horta, 10 de Dezembro de 2024

CHEGA | Comunicação